



Relatório e Contas 2022

Willis - Corretores de Seguros, SA



RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2022

A Willis – Corretores de Seguros S.A., doravante designada por “Sociedade” ou “Willis”, exerce a atividade de corretagem e consultoria no setor de seguros a partir da sua sede social na Rua Barata Salgueiro, nº 33, 1250 -042 Lisboa e do seu escritório situado na Av. Sidónio Pais, nº 379, Edifício B – 1º piso – Sala 5, 4100-468 Porto.

Em cumprimento do disposto nos artigos 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, apresentamos relativamente ao exercício de 2022, o Relatório da Gestão da Sociedade.

1) Breve enquadramento macroeconómico em 2022

O ano de 2022 foi marcado pelo contexto inflacionário (o Índice de Preços no Consumidor (IPC) em Portugal registou uma variação média anual de 7,8%, ainda assim inferior aos 8,4% registados na zona Euro) e o aumento de taxas de juro como mecanismo de controlo do mesmo.

O PIB Português cresceu face ao ano anterior 6,7% (comparando com 3,5% na zona Euro). As exportações nacionais cresceram 23,1% e as importações 31,2%, ao passo que o consumo privado cresceu 5,7%.

O emprego para o conjunto dos ramos de atividade (medido em número de indivíduos) registou um crescimento de 2,0%, após um aumento de 1,9% no ano anterior e a taxa de desemprego fixou-se nos 6%, o valor mais baixo desde 2002.

(estimativas do BdP e INE)

2) Setor Segurador

Em 2022, o volume da produção de seguro direto em Portugal situou-se ligeiramente acima dos 12 mil milhões de euros, refletindo um decréscimo de 9,5% face ao valor verificado em 2021, dos quais 49,93% foram relativos ao ramo Vida e 50,07% ao ramo Não Vida, conforme informação sobre a produção de seguro direto em Portugal publicada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Os ramos Não Vida, confirmando a tendência dos últimos anos, apresentaram um aumento da produção de 7,4%, registando 6 038 milhões de euros. De salientar o crescimento de 11,9% no ramo Doença, cujo peso relativo passou a ser de 19,2% no final do período. O ramo Incêndio e Outros Danos (IOD) registou igualmente



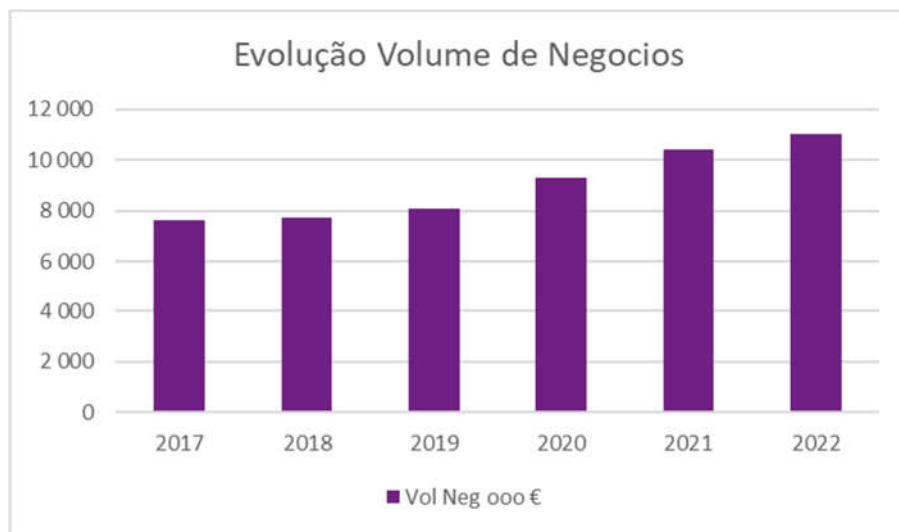
um acréscimo de 7,4% face à anuidade transata. Os ramos de Acidentes Trabalho e Automóvel apresentaram também crescimentos de 6,4% e 3,8% respetivamente.

O ramo Vida decresceu 21,8%, tendo sido relevante para este redução na produção a quebra significativa verificada nos PPR ligados.

Os custos com sinistros de seguro direto apresentaram um decréscimo de 14,8% face ao ano anterior. Para este resultado foi determinante a diminuição verificada no ramo Vida (cerca de 22,9%), tendo o aumento dos custos com sinistros dos ramos Não Vida ficado pelos 4,9%. Os ramos Automóvel, Doença e Incêndio e Outros Danos apresentaram acréscimos, ao contrário da modalidade Acidentes de Trabalho cujos custos com sinistros diminuíram 13,6% no período em análise.

3) Atividade Operacional

Em 2022 a Willis manteve a tendência de crescimento do volume de negócios dos últimos anos tendo atingido o valor de 11.052.934 euros, que representa um crescimento 6,3% face ao ano de 2021.



O resultado operacional cresceu em 8.1% face ao ano de 2021. Este crescimento deveu-se não só à evolução positiva no volume de negócios, mas também à reversão de provisões constituídas em anos anteriores.

18

4) Atividade desenvolvida em 2022

2022 foi para a WTW globalmente um ano de recuperação, depois dos anos da pandemia e da não concretização de um processo de fusão.

Não obstante um contexto desafiante, com o inicio da guerra da Ucrânia, a inflação acentuada e ao aumento das taxas de juro, continuámos a crescer em Portugal, sustentados por uma oferta diferenciadora nas áreas de risco e pessoas.

Foi um ano de lançamento de bases para implementação da nossa estratégia global, assente nos pilares de “Growth, Simplify and Transform”.

5) Recursos Humanos

Em 2022 continuamos a tendência de crescimento em número postos de trabalho, tendo sido atingindo um total de 91 postos de trabalho que transitaram para ano de 2023, o que representa um crescimento no *headcount* de 5 colaboradores.

Nos últimos anos, procedemos à adaptação da forma como trabalhamos, facto que permitiu que os nossos colegas trabalhem numa grande diversidade de ambientes. Em 2022, lançámos oficialmente WTW Work Styles, a nossa abordagem para reconhecer que existem muitas abordagens diferentes para se trabalhar, o que inclui três soluções de trabalho diferentes: com base nas instalações, híbrido e remoto. O cerne deste novo enquadramento é a flexibilidade, tendo por base a ideia de que o próprio trabalho determina onde e como é realizado. À medida que crescemos, simplificamos e transformamos a WTW e esta mudança cultural constitui um elemento diferenciador para a nossa presença no mercado e é uma parte importante da nossa estratégia em curso para atrair e reter os melhores talentos.

Responsabilidade Social

Durante o ano de 2022 o Comité de I&D para a WTW Portugal promoveu junto dos colaboradores da empresa a participação em diversas ações de voluntariado, nomeadamente “An Evening with Ukraine” que permitiu aos participantes conviver com refugiados ucranianos a viver em Portugal e conhecer as suas tradições e cultura, “Banco Alimentar Contra a Fome” ajudando na logística da recolha de alimentos para distribuir por famílias carenciadas, “Ajuda de Berço” recolhendo material escolar por altura do inicio do ano letivo de 2022,



“Walkathon” angariando fundos para a Associação Salvador através da participação em caminhadas solidárias em Lisboa e Porto, entre outras ações.

Foram também desenvolvidas ações específicas para destinadas à sensibilização da sociedade para a Igualdade quer de Género e quer de Orientação Sexual através de iniciativas sobre temas como: “Quebra de Taboos sobre Menstruação”; “Mês do Pride”; “Story Time Session” (debate de livros infantis sobre a temática LGBT+); “Talk with AMPLOS (Associação de Mães e Pais pela Liberdade de Orientação Sexual com o objetivo de ajudar esta associação no desenvolvimento dos seus projetos de apoio psicológico a jovens LGBTI e seus familiares).

6) Resultado Líquido

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido tenha a seguinte aplicação:

Conta	Valor em Euros
Reservas livres	2 774 625

7) Perspetivas futuras

Encaramos o futuro com ambição. Conscientes de um contexto complexo, entendemos estar preparados para apoiar ainda mais e melhor os nossos clientes e dessa forma manter o caminho de crescimento sustentado que nos tem caracterizado. Nesse sentido reforçamos as nossas equipas e estamos a progredir na nossa estratégia de transformação e simplificação com vista a alavancar o nosso crescimento.

Perspetiva-se o crescimento do Lisbon Regional Delivery Hub que passará a prestar novos serviços na Europa.

Vamos continuar focados em propor uma experiência de colaborador enriquecedora, inclusiva e desafiante, baseada na flexibilidade e responsabilidade.

8) Informações Diversas

Depois de realizar as averiguações oportunas, os membros do Conselho de Administração ficaram com expectativas razoáveis de que a Sociedade disporá de recursos suficientes para continuar a funcionar num futuro previsível. Por conseguinte, continuam a adotar o princípio de continuidade da Sociedade na elaboração das suas demonstrações financeiras



Riscos e incertezas da conjuntura económica

Em consequência da pandemia da COVID-19 ("COVID-19") ou de outros acontecimentos mundiais, como a invasão da Ucrânia pela Rússia, registaram-se alterações negativas na atividade comercial internacional, designadamente, na cadeia de fornecimento mundial e na disponibilidade de mão-de-obra, assim como a importante volatilidade nos mercados financeiros mundiais que engloba, entre outros efeitos, recuos ocasionais nos mercados acionistas, alterações das taxas de juro e redução da liquidez à escala mundial.

As perturbações que a COVID-19 causou na oferta e no mercado de trabalho, assim como outros fatores, como a política monetária e orçamental acomodatícia, resultaram numa importante inflação em muitos dos mercados onde a Sociedade está presente. Este aspeto tem impacto não apenas nos custos de atrair e reter os colaboradores, mas também outros custos de funcionamento e de investimento na atividade da Sociedade. Se os custos aumentarem de forma acentuada acima da capacidade da Sociedade para aumentar as receitas, as suas margens e resultados de exploração poderão ser afetados de forma material e negativa, pelo que a Sociedade poderá ser incapaz de concretizar os seus objetivos estratégicos e financeiros.

Embora a Sociedade considere que se tenha adaptado aos desafios específicos colocados pela COVID-19 em relação com a forma e o local onde realiza o seu trabalho, foi igualmente afetada pelo efeito negativo sobre a disponibilidade de mão-de-obra, que poderá impedir a sua competência para aumentar a sua capacidade em linha com a procura crescente dos seus serviços. A Sociedade espera que o mercado de talentos continue a ser muito competitivo, pelo menos, durante os próximos meses.

A Sociedade vai continuar a acompanhar a situação e a avaliar as possíveis consequências para a sua atividade e seus acionistas.

Desinvestimento nas atividades da WTW

No primeiro trimestre de 2022, a WTW anunciou a sua intenção de transmitir a propriedade das suas filiais russas para a gestão local que vai operar de forma independente no mercado russo. Em consequência das sanções e proibições sobre determinados tipos de negócios e atividades, a WTW procedeu à desconsolidação das suas entidades russas a 14 de março de 2022. A transmissão das suas filiais russas para a gestão local realizou-se segundo os termos acordados a 18 de julho de 2022, tendo sido registada na Rússia a 25 de julho de 2022. Embora a gestão não considere que este facto venha a ter um efeito material na Sociedade, a WTW continua a acompanhar a situação na Ucrânia e em todo o mundo, além de continuar a avaliar os eventuais impactos na sua atividade.



Cessão da Willis Re

A 13 de agosto de 2021, a WTW celebrou um acordo definitivo para alienar a sua atividade de resseguro por tratado (“Willis Re”) à Arthur J. Gallagher & Co (“Gallagher”) por um valor total inicial em dinheiro de 3,25 mil milhões de USD, acrescido de um complemento de preço a pagar em 2025 que pode chegar aos 750 milhões de USD em dinheiro, sob reserva de determinados ajustes. A data de encerramento principal da operação ocorreu a 1 de dezembro de 2021, embora certos elementos da operação estivessem sujeitos a datas de encerramento diferidas para 2022. O encerramento diferido de todos os negócios menos um foi concluído no segundo trimestre de 2022. Os restantes negócios de encerramento diferido tiveram lugar no quarto trimestre de 2022.

OUTROS

Nos termos do estipulado no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro informamos que a situação da Sociedade perante a Segurança Social, encontra-se regularizada.

Igualmente, não existem dívidas em mora à Administração Tributária.

O Relatório de Gestão e os respetivos documentos de prestação de contas estão à disposição dos acionistas, na sede da Sociedade.

Lisboa, 14 de abril de 2023

O Conselho de Administração,



(Nuno Miguel dos Santos Arruda)
(Presidente)



(Gian Marco Tosti di Valminuta)
(Vogal)



(Joana Maria dos Santos H. Araújo Pereira)
(Vogal)

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	31 de dezembro de	
		2022	2021
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	11 887	28 603
Ativos intangíveis	5	233 007	339 292
Ativos por impostos diferidos	7	260 183	330 770
Total do ativo não corrente		505 077	698 665
ATIVO CORRENTE:			
Clientes	8	1 951 543	2 833 216
Acionistas	10	8 601 105	6 351 105
Outras contas a receber	8	373 455	171 139
Diferimentos	11	127 050	124 213
Caixa e depósitos bancários	4	1 813 038	2 822 041
Total do ativo corrente		12 866 191	12 301 714
Total do ativo		13 371 268	13 000 379
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital realizado	12	600 000	600 000
Reservas legais	12	120 000	120 000
Reservas livres	12	5 063 445	2 552 480
Resultado líquido do exercício		5 783 445	3 272 480
Total do capital próprio		2 774 625	2 510 965
		8 558 070	5 783 445
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	13	1 011 039	1 291 456
Total do passivo não corrente		1 011 039	1 291 456
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	14	1 727 994	3 156 582
Adiantamento de Clientes	8	959 623	1 448 736
Estado e outros entes públicos	9	319 824	535 857
Acionistas	10	-	-
Outras contas a pagar	14	794 718	784 303
Total do passivo corrente		3 802 159	5 925 478
Total do passivo		4 813 198	7 216 934
Total do capital próprio e do passivo		13 371 268	13 000 379

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2022.

Lisboa, 14 de abril de 2023

O Conselho de Administração,



 (Nuno Miguel dos Santos Arruda)
 (Presidente)



 (Gian Marco Tosti di Valminuta)
 (Vogal)



 (Joana Maria dos Santos H. Araújo Pereira)
 (Vogal)



WILLIS – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

O Contabilista Certificado:

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Eulália Maria Machado Gomes'.

(Eulália Maria Machado Gomes)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2022	2021
Serviços prestados	15	11 052 934	10 396 011
Fornecimentos e serviços externos	16	(1 385 671)	(1 235 698)
Gastos com o pessoal	17	(5 803 913)	(4 761 515)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas) / reversões)	8	(18 384)	(18 178)
Provisões ((aumentos) / reduções)	13	280 417	(496 356)
Outros rendimentos e ganhos	18	65 909	10 498
Outros gastos e perdas	18	(249 428)	(219 211)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3 941 864	3 675 551
Gastos de depreciação e de amortização	5	(130 707)	(149 647)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3 811 157	3 525 904
Juros e rendimentos similares obtidos	19	25 933	-
Resultado antes de impostos		3 837 090	3 525 904
Impostos sobre o rendimento do exercício	20	(1 062 465)	(1 014 939)
Resultado líquido do exercício		2 774 625	2 510 965
Resultado por ação básico		23,1	20,9

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Lisboa, 14 de abril de 2023

O Conselho de Administração,

(Nuno Miguel dos Santos Arruda)
(Presidente)

(Gian Marco Tosti di Valminuta)
(Vogal)

(Joana Maria dos Santos H. Araújo Pereira)
(Vogal)

O Contabilista Certificado:

(Eulália Maria Machado Gomes)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		119 816 109	109 993 101
Pagamentos a fornecedores		(111 357 146)	(101 858 707)
Pagamentos ao pessoal		(5 793 019)	(4 735 270)
Caixa gerada pelas operações		2 665 944	3 399 124
(Pagamento) / recebimento do imposto sobre o rendimento		(1 234 877)	(1 121 669)
Movimentação de depósitos à ordem relativos a fundos de clientes	4	610 624	1 585 797
Outros recebimentos / pagamentos		(182 364)	(462 558)
Fluxos das atividades operacionais [1]		<u>1 859 327</u>	<u>3 400 694</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Acionistas		150 000	150 000
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(178)	(10 763)
Ativos intangíveis		(7 527)	(49 706)
Acionistas		<u>(2 400 000)</u>	<u>(2 407 705)</u>
Fluxos das atividades de investimento [2]		<u>(2 257 705)</u>	<u>(2 410 469)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes [3]=[1]+[2]		(398 378)	990 225
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	1 485 861	495 636
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	1 087 483	1 485 861

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Lisboa, 14 de abril de 2023

O Conselho de Administração,

(Nuno Miguel dos Santos Arruda)
 (Presidente)

(Gian Marco Tosti di Valminuta)
 (Vogal)

(Joana Maria dos Santos H. Araújo Pereira)
 (Vogal)

O Contabilista Certificado:

(Eulália Maria Machado Gomes)

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Capital realizado	Reserva legal	Reserva livre	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldos em 31 de dezembro de 2020		600 000	120 000	-	2 552 475	3 272 475
Operações com detentores de capital no exercício Transferência para Reservas Livres	12	-	-	2 552 475	(2 552 475)	-
Outros				5	5	
Resultado líquido do exercício		-	-	-	2 510 965	2 510 965
Saldos em 31 de dezembro de 2021		600 000	120 000	2 552 480	2 510 965	5 783 445
Operações com detentores de capital no exercício Transferência para Reservas Livres	12	-	-	2 510 965	(2 510 965)	-
Resultado líquido do exercício		-	-	-	2 774 625	2 774 625
Saldos em 31 de dezembro de 2022		600 000	120 000	5 063 445	2 774 625	8 558 070

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Lisboa, 14 de abril de 2023

O Conselho de Administração,

(Nuno Miguel dos Santos Arruda)
(Presidente)

(Gian Marco Tosti di Valminuta)
(Vogal)

(Joana Maria dos Santos H. Araújo Pereira)
(Vogal)

O Contabilista Certificado:

(Eulália Maria Machado Gomes)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Willis – Corretores de Seguros, S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade anónima com sede em Lisboa, constituída em 1956, tendo como atividade principal a corretagem de seguros.

Conforme indicado na Nota 12, o capital da Sociedade era detido em 99,95% pela Willis Iberia Correduría de Seguros y Reaseguros S.A., entidade incluída no perímetro de consolidação da Willis Towers Watson, PLC, sediada na Irlanda. Em 12 de janeiro de 2021 foram celebrados contratos de compra e venda de ações tendo a acionista maioritária comprado as ações aos acionistas minoritários ficando esta como acionista única, passando a deter 100% das ações da Sociedade. Consequentemente, as operações e transações da Sociedade são influenciadas pelas decisões do Grupo ao qual pertence. Os principais saldos e transações realizadas com as entidades do Grupo Willis encontram-se detalhados na Nota 10.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 14 de abril de 2023.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Sociedade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a Sociedade dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que os bens se encontram em condições de ser utilizados, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<u>Anos</u>
Equipamento administrativo	3 - 8
Equipamento básico	4 - 10

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo, e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Sociedade mantém um conjunto de contratos de Aluguer de Longa Duração (ALD), os quais, face às suas especificidades e de acordo com o preconizado na NCRF 9 - Locações, são reconhecidos nas demonstrações financeiras anexas como alugueres operacionais (Nota 6).

As rendas de locações operacionais são reconhecidas como gastos do exercício na rubrica “Fornecimentos e serviços externos”, da demonstração dos resultados, de forma linear durante o período do contrato de locação.

3.4 Ativos intangíveis

Esta rubrica comprehende, essencialmente, gastos com a aquisição e desenvolvimento de software utilizado na atividade da Sociedade.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações acumuladas.

As amortizações são registadas como gastos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde a um período de 3 a 6 anos.

As despesas com manutenção de software, que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais, são contabilizadas como gasto do exercício em que são incorridas.

3.5 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Sociedade se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método da taxa de juro efetiva.

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) *Clientes e outras contas a receber*

Os saldos de clientes e de outras contas a receber são registados ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Habitualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

c) Acionistas

Os empréstimos a empresas do Grupo, incluídos na rubrica “Acionistas”, são registados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

d) Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras contas a pagar são registados ao custo ou ao custo amortizado. Habitualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

(ii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade, a reconhecer, corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Imparidade de dívidas a receber” da demonstração dos resultados no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que

estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Imparidade de dívidas a receber”.

(iii) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Sociedade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Sociedade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.6 Rérito

O rérito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rérito reconhecido está deduzido do montante de estornos, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços.

O rérito da Sociedade inclui as comissões angariadas nas prestações de serviços efetuadas no âmbito da atividade de corretagem de seguros e honorários pela elaboração de projetos de consultoria de seguros, incluindo avaliações e análises de riscos, bem como assistência operacional a empresas e outros organismos.

O rérito proveniente da prestação de serviços é reconhecido, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rérito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Sociedade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

Prestação de serviços e honorários de corretagem de seguros

A Sociedade reconhece os rendimentos relacionados com a prestação de serviços e honorários de corretagem de seguros na data de início do período de risco mediado, tendo em conta que todo o

trabalho de angariação e de renovação das apólices de seguro é efetuado até àquela data. Desta forma, não existe lugar ao reconhecimento de rendimento ou gasto posterior a essa data.

Honorários de consultoria

O rédito proveniente de honorários é reconhecido segundo o regime do acréscimo, de acordo com a substância dos correspondentes contratos, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Sociedade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.7 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuados na preparação das demonstrações financeiras anexas estão relacionados com o reconhecimento do rédito associado à prestação de serviços e respetiva especialização.

Estimativas utilizadas no cálculo das comissões

Em caso de não conclusão, à data do encerramento do exercício, da negociação com clientes e/ou seguradoras sobre os valores finais a constarem nos contratos de seguro, as estimativas são efetuadas com base nos seguintes aspetos:

- i) Últimos valores apresentados pela seguradora no decurso da negociação; e

ii) Valores constantes na apólice imediatamente anterior (em caso de renovação).

Em caso de existirem prestações de serviços de corretagem de seguros com pagamentos fracionados, ou seja, em que a data de início do período de risco mediado já tenha ocorrido, mas as comissões sejam recebidas em períodos futuros, a Sociedade estima, com base nos últimos valores apresentados, as comissões a receber que dizem respeito a esses serviços.

A Sociedade regista acertos nas comissões associadas ao serviço de corretagem no momento em que tem a expectativa de vir a receber ou pagar valores relacionados com a prestação de serviços em que a data de início do período de risco mediado já tenha ocorrido.

3.8 Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento do exercício registados na demonstração dos resultados correspondem à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da Sociedade. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

3.9 Benefícios pós-emprego

A Sociedade tem um plano de contribuições definidas, de forma a complementar a reforma atribuída aos seus colaboradores. Este plano abrange a totalidade dos seus colaboradores.

As contribuições realizadas pela Sociedade para o plano de contribuições definidas são reconhecidas como custo do exercício como “Gastos com o pessoal”.

3.10 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são registadas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.11 Especialização de exercícios

A Sociedade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são faturados. As diferenças entre os montantes faturados e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.12 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que

dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de balanço Caixa e depósitos bancários é composta como se segue:

	2022	2021
Depósitos à ordem		
. Fundos recebidos de clientes (Nota 21.e)	725 555	1 336 180
. Fundos recebidos de clientes Resseguro	1 003 983	1 269 967
. Fundos da atividade operacional	83 500	215 894
	<hr/> <u>1 813 038</u>	<hr/> <u>2 822 041</u>

São excluídos da rubrica de “Caixa e seus equivalentes”, para efeitos de preparação da demonstração dos fluxos de caixa, os depósitos à ordem onde a Sociedade deposita os fundos recebidos de clientes (Nota 21), uma vez que existem restrições regulamentares à movimentação destas contas por parte da Sociedade.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido nas rubricas de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis foi o seguinte:

2022									
	Saldo Inicial				Amortizações				Saldo Final
	Valor Bruto	Amortizações e Depreciações Acumuladas	Valor Líquido	Aquisições	Transferência	Depreciações do Exercício	Abates	Valor Bruto	Amortizações e Depreciações Acumuladas
									Valor Líquido
Ativos fixos tangíveis									
Equip administrativo	195 374	(166 770)	28 604	178	-	(16 895)	-	195 552	(183 665)
Equip básico	9 918	(9 918)	-	-	-	-	-	9 918	(9 918)
	205 292	(176 688)	28 604	178	-	(16 895)	-	205 470	(193 583)
									11 887
Ativos intangíveis									
Software	806 387	(467 096)	339 291	7 527	-	(113 812)	-	813 915	(580 908)
Em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	806 387	(467 096)	339 291	7 527	-	(113 812)	-	813 915	(580 908)
									233 007
	1 011 679	(643 784)	367 895	7 705	-	(130 707)	-	1 019 385	(774 491)
									244 894
2021									
	Saldo Inicial				Amortizações				Saldo Final
	Valor Bruto	Amortizações e Depreciações Acumuladas	Valor Líquido	Aquisições	Transferência	Depreciações do Exercício	Abates	Valor Bruto	Amortizações e Depreciações Acumuladas
									Valor Líquido
Ativos fixos tangíveis									
Equip administrativo	184 611	(144 492)	40 119	10 763	-	(22 267)	-	195 374	(166 770)
Equip básico	9 918	(9 918)	(0)	-	-	-	-	9 918	(9 918)
	194 529	(154 410)	40 119	10 763	-	(22 267)	-	205 291	(176 688)
									28 603
Ativos intangíveis									
Software	721 244	(339 716)	381 528	49 705	35 438	(127 380)	-	806 387	(467 096)
Em curso	35 438	-	35 438	-	(35 438)	-	-	-	-
	756 682	(339 716)	416 966	49 705	-	(127 380)	-	806 387	(467 096)
									339 292
	951 211	(494 126)	457 085	60 469	-	(149 647)	-	1 011 679	(643 783)
									367 895

6. LOCAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Sociedade é locatária em contratos de locação operacional relacionados com veículos e com as suas instalações, os quais se encontram denominados em euros.

Os pagamentos mínimos não canceláveis das locações operacionais, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, são detalhados conforme se segue:

	2022	2021
Até 1 Ano	213 839	271 974
Entre 1 a 5 anos	690 819	710 362
A mais de 5 anos	78 525	234 496
	983 183	1 216 832

O gasto relacionado com locações operacionais reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é detalhado conforme se segue:

	2022	2021
Pagamentos mínimos	272 754	275 389
Outros	7 658	1 161
	280 412	276 550

7. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Ativos por impostos diferidos” corresponde a diferenças temporárias originadas por provisões não aceites fiscalmente.

O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	2022	2021
Saldo inicial	330 770	207 413
Reforços (Nota 20)	-	123 357
Reversões (Nota 20)	(70 587)	-
	260 183	330 770

8. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos de clientes e de outras contas a receber apresentavam a seguinte composição:

	2022			2021		
	Valor	Bruto	Imparidade	Valor	Bruto	Imparidade
		Acumulada	Líquido		Acumulada	Líquido
Clientes						
Conta Corrente	1 982 484	(30 941)	1 951 543	2 859 694	(26 478)	2 833 216
	1 982 484	(30 941)	1 951 543	2 859 694	(26 478)	2 833 216
Outras contas a receber						
Devedores por acréscimos de rendimentos	303 407	-	303 407	130 328	-	130 328
Serviços prestados a faturar						
Outros devedores	53 208	(18 283)	34 925	53 208	(18 283)	34 925
Cauções relativas a contratos de arrendamento	5 697	-	5 697	2 034	-	2 034
Adiantamentos ao pessoal	25 933	-	25 933	-	-	-
Juros a receber	3 493	-	3 493	3 852	-	3 852
Outros	391 738	(18 283)	373 455	189 422	(18 283)	171 139
	2 374 222	(49 224)	2 324 998	3 049 116	(44 761)	3 004 355

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo da rubrica “Devedores por acréscimos de rendimentos – Serviços prestados a faturar” refere-se ao valor estimado de comissões de corretagem e honorários por serviços prestados, cuja faturação ocorrerá em períodos seguintes (Notas 3.6 e 3.7).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Clientes – Conta corrente” inclui 258.282 euros e 161.670 euros, respetivamente, relacionados com valores a pagar por partes relacionadas (Nota 10).

O movimento ocorrido nas perdas por imparidade acumuladas de dívidas a receber e de outros devedores, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, pode ser detalhado da seguinte forma:

	2022	2021
Clientes de cobrança duvidosa		
Saldo inicial	26 478	8 300
Reforços	30 941	26 244
Reversões	(12 557)	(8 066)
Utilizações	(13 921)	-
	30 941	26 478
Outros devedores		
Saldo inicial	18 283	18 283
Reforços	-	-
Reversões	-	-
	18 283	18 283

O efeito líquido dos reforços e reversões das perdas por imparidade acumuladas de dívidas a receber e de outros devedores no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, corresponde a um gasto no montante de 18.384 euros (gasto no montante de 18.178 euros em 2021) e encontra-se registado na rubrica da demonstração dos resultados “Imparidade de dívidas a receber”.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo da rubrica “Adiantamentos de clientes”, apresenta o montante de 959.623 euros e 1.448.736 euros respetivamente, correspondente a pagamentos antecipados efetuados pelos clientes no final dos anos de 2022 e 2021.

9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2022	2021
Imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)		
Estimativa de imposto (Nota 20)	991 878	1 138 296
Pagamentos por conta	<u>(871 465)</u>	<u>(754 782)</u>
	120 413	383 514
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	53 721	52 797
Contribuições para a Segurança Social	77 606	74 088
Imposto sobre o Valor Acrescentado	66 641	20 883
Outros impostos	1 443	4 575
	<u>319 824</u>	<u>535 857</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Sociedade não tinha impostos ou contribuições para a Segurança Social em mora.

10. PARTES RELACIONADAS

Remunerações dos órgãos sociais

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os membros dos órgãos sociais da Sociedade não foram remunerados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram remunerados em 600 euros (Nota 17).

Saldos e transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os principais saldos mantidos com partes relacionadas tinham a seguinte composição:

	2022		2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<u>Saldos relacionados com a atividade de corretagem</u>				
Towers Watson Portugal	-	7 203	-	-
Willis Ibéria	177 545	(3 329)	99 622	332 715
Willis Towers Watson Limited	10 296	227 532	10 135	58 794
Willis Corretores de Resseguros Ltda (Brasil)	46 128	-	38 798	-
Willis Towers Watson Senegal	-	-	-	16 450
WILLIS TOWERS WATSON FRANCE	1 000	-	2 000	-
Willis AG	1 000	-	3 303	-
Willis NY	12 764	-	1 643	-
Willis I/S Denmark	-	-	1 731	-
Willis Towers Watson Versicherungsmakler GmbH	-	10 000	-	-
WTW Japan	-	1 251	-	1 251
Willis Towers Watson Northeast, Inc.	969	-	1 333	-
Willis Towers Watson Midwest, Inc.	1 672	-	2 205	-
Willis Towers Watson Insurance Services West	571	-	1 000	-
WILLIS INSURANCE BROKER(China)	-	374 000	-	315 563
Willis Towers Watson SA NV	6 338	6 000	-	-
Willis Mexico	-	1 000	-	-
	258 282	623 656	161 770	724 772
<u>Outros saldos</u>				
WTW Global Treasury Company	8 523 562	-	6 273 562	-
Willis Ibéria	77 543	7 527	77 543	33 763
Willis Group Services Limited	-	-	-	-
Towers Watson Portugal	-	-	-	-
	8 601 105	7 527	6 351 105	33 763
	8 859 386	631 183	6 512 875	758 535

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Sociedade apresenta saldos ativos com a WTW Global Treasury Company nos montantes de 8.523.562 euros e 6.273.562 euros, respetivamente, que correspondem a empréstimos concedidos a esta entidade, com maturidades inferiores a um ano, e que vencem juros a taxas correntes de mercado (Nota 19), correspondente a uma taxa de juro anual indexada à Euribor 1 mês, com um mínimo de 0%.

Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade mantinha um saldo negativo com a Willis Ibéria no montante de 3.329 euros, que correspondia a sinistros de resseguros.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos relacionados com a atividade de corretagem correspondem aos valores a receber ou a pagar a outras entidades do Grupo Willis, devidas por referenciação de clientes, pela gestão local de programas de seguros de clientes internacionais ou por trabalhos especializados prestados entre estas entidades, de modo a aproveitar sinergias dentro do

Grupo Willis, sempre de acordo com as condições definidas pelo Grupo. Estes saldos encontram-se registados nas rubricas “Clientes” e “Fornecedores”.

As principais transações efetuadas pela Sociedade com empresas do Grupo Willis, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, tiveram o seguinte reflexo ao nível das respetivas demonstrações dos resultados:

	2022	2021
Serviços prestados (Nota 15)	633 409	487 665
Fornecimentos e serviços externos (Nota 16)	(413 414)	(416 924)
Juros e rendimentos similares obtidos (Nota 19)	25 933	-
	<hr/> <u>245 928</u>	<hr/> <u>70 741</u>

O montante incluído em “Serviços prestados” corresponde a comissões recebidas, por referenciação de clientes, pela gestão local de programas de seguros de clientes internacionais ou por trabalhos especializados prestados a estas entidades, de modo a aproveitar sinergias dentro do Grupo Willis, líquidas de comissões cedidas e de serviços prestados por outras empresas do Grupo Willis.

11. DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
Fundo de Compensação do Trabalho	47 688	41 535
Rendas	15 272	17 854
Seguros	32 803	33 806
Outros custos diferidos	31 287	31 018
	<hr/> <u>127 050</u>	<hr/> <u>124 213</u>

12. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital da Sociedade, totalmente subscrito e realizado, era composto por 120.000 ações com o valor nominal de cinco euros cada. Em 2020 o capital era detido em 99,95% pela Willis Iberia Correduria de Seguros Y Reaseguros, S.A., no entanto, em 12 de janeiro de 2021 foram celebrados contratos de compra e venda de ações tendo a acionista maioritária comprado as ações aos acionistas minoritários ficando como acionista única, passando a deter 100% das ações da Sociedade.

Reserva legal:

A legislação comercial estabelece que, no mínimo, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta reserva encontrava-se totalmente constituída.

Aplicação do resultado:

Na Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 19 de abril de 2022, foi deliberado que o resultado líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no montante de 2.510.965 euros, fosse integralmente alocado a Reservas Livres.

Na Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 9 de junho de 2021, foi deliberado que o resultado líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, no montante de 2.552.475 euros, fosse integralmente alocado a Reservas Livres.

O artigo 18, n.º 1, alínea b), do Regime Jurídico da Distribuição de Seguros e Resseguros, aprovado pela Lei n.º 7/2019, de 16 de janeiro, prevê que cada corretor de seguros disponha de estrutura económico-financeira adequadas ao exercício da atividade. Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 9.º da Norma Regulamentar n.º 13/2020 R, de 30 de dezembro, a qual entrou em vigor em fevereiro de 2021, no âmbito da análise da adequação da estrutura económico-financeira do corretor de seguros pessoa coletiva, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, verifica se os indicadores de autonomia financeira, solvabilidade e liquidez geral correspondem a valores iguais ou superiores, respetivamente a 15%, 20% e 100%. Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade encontra-se a cumprir com os referidos indicadores.

13. PROVISÕES

O movimento ocorrido na rubrica “Provisões” durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, pode ser detalhado da seguinte forma:

	2022	2021
Provisão para outros riscos e encargos		
Saldo inicial	1 291 456	795 100
Reforços	-	496 356
Reversão	(280 417)	-
	<hr/> 1 011 039	<hr/> 1 291 456

A provisão constituída destina-se a fazer face a responsabilidades decorrentes da atividade da Sociedade. A reversão desta provisão no exercício de 2022 visa, na sua maioria, refletir a adequação das contingências provenientes de pleitos judiciais em curso.

14. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2022	2021
Fornecedores		
. Companhias de seguros (Nota 21)	1 570 499	3 047 724
. Outros fornecedores	<hr/> 157 495	<hr/> 108 858
	<hr/> 1 727 994	<hr/> 3 156 582
Outras contas a pagar		
. Credores por acréscimos de gastos		
. Remunerações e respetivos encargos	529 191	508 522
. Honorários	32 160	39 753
. Seguros	-	-
. Outros	171 025	171 685
. Credores (Partilha Comissões) (Nota 21)	53 622	29 739
. Outros credores	<hr/> 8 720	<hr/> 34 604
	<hr/> 794 718	<hr/> 784 303
	<hr/> <hr/> 2 522 712	<hr/> <hr/> 3 940 885

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Fornecedores” inclui 623.656 euros e 724.772 euros, respetivamente, relacionados com valores a pagar a partes relacionadas (Nota 10). Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Outras contas a pagar – Outros credores” inclui os montantes de 7.527 euros e 33.763 euros, respetivamente, relacionados com valores a pagar a partes relacionadas (Nota 10).

15. SERVIÇOS PRESTADOS

As prestações de serviços efetuadas pela Sociedade, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, resultaram, essencialmente, de operações realizadas em Portugal e podem ser detalhadas como se segue:

	2022	2021
Corretagem Seguros	9 985 788	9 312 778
Mediação de Resseguros	442 552	449 083
Honorários	624 594	634 150
	<hr/> <u>11 052 934</u>	<hr/> <u>10 396 011</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Serviços Prestados” inclui 633.409 euros e 487.665 euros, respetivamente, relacionados com comissões recebidas de entidades relacionadas, por referênciação de clientes, pela gestão local de programas de seguros de clientes internacionais ou por trabalhos especializados prestados a estas entidades, de modo a aproveitar sinergias dentro do Grupo Willis, líquidas de comissões cedidas e de serviços prestados por outras empresas do Grupo Willis (Nota 10).

16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
Trabalhos especializados	711 813	615 819
Rendas e alugueres	320 732	301 496
Comissões	124 972	114 075
Honorários	8 623	1 542
Conservação e reparação	45 018	84 553
Comunicação	16 110	18 754
Deslocações e estadas	20 539	11 025
Seguros	29 117	25 320
Despesas de representação	13 866	5 435
Outros	94 881	57 679
	<hr/> <u>1 385 671</u>	<hr/> <u>1 235 698</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Fornecimentos e serviços externos” inclui 413.414 euros e 416.924 euros, respetivamente, relacionados com valores pagos ao Grupo (Nota 10).

17. GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
Remunerações dos orgãos sociais	-	600
Remunerações do pessoal	3 160 700	2 987 355
Encargos sobre remunerações	742 147	693 528
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	19 143	19 656
Benefícios pós-emprego:		
. Contribuição definida	-	-
Indemnizações	769 650	-
Outros	1 112 273	1 060 376
	<hr/> 5 803 913	<hr/> 4 761 515

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Sociedade manteve ao seu serviço, em média, 89 e 84 colaboradores, respetivamente.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Outros” inclui essencialmente gastos com vales sociais de apoio à educação e gastos com um seguro de capitalização a favor dos colaboradores.

18. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS / GASTOS E PERDAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2022	2021
Outros rendimentos e ganhos:		
Diferenças de câmbio favoráveis	33 753	1 051
Subsídios à exploração	10 268	8 776
Outros rendimentos e ganhos	21 888	671
	65 909	10 498
Outros gastos e perdas:		
Impostos	208 314	200 838
Diferenças de câmbio desfavoráveis	25 760	12 398
Outros gastos e perdas	15 354	5 975
	249 428	219 211

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Outros gastos e perdas – Impostos” respeita, essencialmente, a Imposto do Selo suportado pela Sociedade, o qual está associado às comissões recebidas durante os respetivos exercícios.

19. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
Juros sobre financiamentos concedidos a empresas do Grupo (Nota 10)	25 933	-
	25 933	-

20. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente Derrama, cuja taxa agregada nos exercícios de 2022 e 2021 é de 22,5%. Adicionalmente, os lucros tributáveis estão sujeitos a derrama estadual, nos termos do artigo 87º-A do Código do IRC, de acordo com os seguintes intervalos: (i) 1.500.000 euros e 7.500.000 euros, aplicando-se a taxa de 3%; (ii) 7.500.000 euros e 35.000.000 euros, aplicando-se a taxa de 5%; e (iii) superiores a 35.000.000 euros, aplicando-se uma taxa de 9%.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Sociedade encontra-se sujeita à tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade nos anos de 2019 a 2022 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração da Sociedade entende que eventuais correções resultantes de revisões por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o gasto com impostos sobre o rendimento é detalhado como segue:

	2022	2021
Imposto corrente do exercício	991 878	1 138 296
Imposto diferido do exercício (Nota 7)	70 587	(123 357)
	1 062 465	1 014 939

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a reconciliação do imposto corrente do exercício é conforme segue:

	2022	2021
Resultado antes de impostos	3 837 090	3 525 904
Taxa nominal de impostos	22,5%	22,5%
	863 345	793 328
Diferenças:		
Diferenças temporárias (i)	(62 282)	108 845
Diferenças permanentes (ii)	(6 086)	26 553
Tributações autónomas	135 904	130 739
Derrama estadual	60 997	78 830
	991 878	1 138 296

(i) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as diferenças temporárias podem ser resumidas como segue:

	2022	2021
Reforços / (Reversões) registados com provisões	(276 811)	483 754
	<hr/>	<hr/>
	(276 811)	483 754
Taxa nominal de imposto	22,5%	22,5%
	<hr/>	<hr/>
	(62 282)	108 845

(ii) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estes montantes tinham a seguinte composição:

	2022	2021
Benefícios fiscais	(61 550)	(43 811)
(Reposição)/reforço de imparidade e provisões, líquido	18 638	30 430
Seguros de vida, doença e acidentes pessoais	2 453	81 773
Despesas não dedutíveis	15 037	22 309
Outros, líquidos	(1 629)	27 314
	<hr/>	<hr/>
	(27 051)	118 015
Taxa nominal de imposto	22,5%	22,5%
	<hr/>	<hr/>
	(6 086)	26 553

Nos exercícios de 2022 e 2021, os benefícios fiscais incluídos no quadro anterior dizem maioritariamente respeito a criação líquida de emprego e atribuição de cheques creche aos colaboradores.

21. INFORMAÇÕES EXIGÍDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Prestação do serviço de distribuição de seguros ou de resseguros

I - Nos termos do n.º 1 do Artigo 51º da Norma Regulamentar n.º 13/2020-R, de 30 de dezembro, as demonstrações financeiras devem incluir a seguinte informação, desagregada por alínea respetiva do artigo supra referido:

a) Descrição das políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento das remunerações

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de estornos, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços.

O rédito da Sociedade inclui as comissões angariadas nas prestações de serviços efetuadas no âmbito da atividade de corretagem de seguros e honorários pela elaboração de projetos de consultoria de seguros.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Sociedade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

Prestação de serviços e honorários de corretagem de seguros

A Sociedade reconhece os rendimentos relacionados com a prestação de serviços e honorários de corretagem de seguros na data de início do período de risco mediado, tendo em conta que todo o trabalho de angariação e de renovação das apólices de seguro é efetuado até àquela data. Para este efeito são criados acréscimos de receitas para o período do risco ainda não faturados. Desta forma, não existe lugar ao reconhecimento de rendimento ou gasto posterior a essa data.

Honorários de consultoria

O crédito proveniente de honorários é reconhecido segundo o regime do acréscimo, de acordo com a substância dos correspondentes contratos, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Sociedade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e tipo

As remunerações auferidas pela Sociedade durante os exercícios de 2022 e 2021 foram recebidas em cheque, transferências bancárias ou descontadas nas prestações de contas efetuadas às empresas de seguros, sendo desagregadas da seguinte forma:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Comissões Distribuição Seguros	9 975 469	9 426 776
Comissões Distribuição Resseguros	390 901	316 068
Outras Remunerações (Comissões)	61 970	19 017
Honorários por Distribuição de Seguros	468 024	320 051
Honorários por Prestação de Serviços	251 208	425 744
Outras Remunerações (Honorários)	(94 638)	(111 645)
	<u>11 052 934</u>	<u>10 396 011</u>

As rúbricas Outras Remunerações englobam os acréscimos e diferimentos de remuneração fruto do critério de reconhecimento de receitas bem como as partilhas de remunerações com as empresas do Grupo.

c) Total de remunerações relativas aos contratos de seguro intermediados desagregados por ramo e por origem

As remunerações recebidas pela Sociedade, nos exercícios de 2022 e 2021 apresentam a seguinte composição:

2022			
Ramo			
	Vida	Não vida	Total
Comissões Distribuição Seguros			
Empresas de Seguros	322 880	9 345 135	9 668 015
Outros Mediadores	-	307 454	307 454
	<u>322 880</u>	<u>9 652 589</u>	<u>9 975 469</u>
Honorários por Distribuição de Seguros			
Clientes	22 996	445 028	468 024
	<u>345 876</u>	<u>10 097 617</u>	<u>10 443 493</u>
2021			
Ramo			
	Vida	Não vida	Total
Comissões Distribuição Seguros			
Empresas de Seguros	273 249	8 713 595	8 986 843
Outros Mediadores	-	439 932	439 932
	<u>273 249</u>	<u>9 153 527</u>	<u>9 426 776</u>
Honorários por Distribuição de Seguros			
Clientes	30 073	289 978	320 051
	<u>303 322</u>	<u>9 443 505</u>	<u>9 746 827</u>

Os montantes de comissões apresentados no quadro acima correspondem a recibos liquidados às companhias de seguros e outros mediadores durante os exercícios de 2022 e 2021 independentemente do momento do reconhecimento contabilístico da receita respetiva.

d) Níveis de concentração

No exercício de 2022 apenas uma empresa de seguros representou mais de 25% das remunerações totais recebidas pela Sociedade, tendo atingido 29,7%.

No exercício de 2021, nenhuma entidade (empresa de seguros, mediadores ou clientes) representou mais do que 25% das remunerações totais recebidas pela Sociedade.

e) Valores das contas clientes

Os valores das contas de depósitos à ordem relativas a fundos recebidos de clientes (Nota 4) e a sua movimentação durante os exercícios de 2022 e 2021 são apresentados como segue:

Saldo conta "Clientes" em 31 de dezembro de 2020	<u>2 921 976</u>
Movimento do ano (débito)	101 509 156
Movimento do ano (crédito)	(103 094 952)
Saldo conta "Clientes" em 31 de dezembro de 2021 (Nota 4)	<u>1 336 180</u>
Movimento do ano (débito)	108 562 100
Movimento do ano (crédito)	(109 172 725)
Saldo conta "Clientes" em 31 de dezembro de 2022 (Nota 4)	<u>725 555</u>

f) Valores das contas a receber e a pagar

Clientes e outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe dos saldos incluídos em clientes e outras contas a receber, desagregados por origem, relacionados com a atividade de corretagem de seguros eram como segue:

	2022		2021	
	Clientes	Outras contas	Clientes	Outras contas
	(Nota 8)	a receber (Nota 8)	(Nota 8)	a receber (Nota 8)
Tomadores de seguro	1 433 182	-	1 255 423	-
Clientes	424 407	-	861 668	-
Resseguro	124 895	-	742 604	-
Serviços prestados a faturar	-	303 407	-	130 328
	<u>1 982 484</u>	<u>303 407</u>	<u>2 859 694</u>	<u>130 328</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica "Clientes – Conta corrente" inclui 258.282 euros e 161.770 euros, respetivamente, relacionados com valores a pagar por partes relacionadas (Nota 10).

Adiantamentos de clientes

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo da rubrica “Adiantamentos de clientes”, apresenta um saldo no montante de 959.623 euros e de 1.448.736 euros, respetivamente, correspondente aos pagamentos antecipados efetuados pelos clientes no final dos anos de 2022 e 2021.

Fornecedores e outras contas a pagar

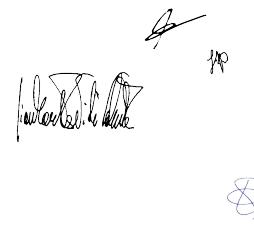
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe dos saldos incluídos em fornecedores e outras contas a pagar relacionados com a atividade de corretagem de seguros apresentavam a seguinte composição:

	2022		2021	
	Fornecedores	Outras contas	Fornecedores	Outras contas
	(Nota 14)	a pagar (Nota 14)	(Nota 14)	a pagar (Nota 14)
Empresas de seguros	941 822	-	1 438 849	-
Resseguro	628 677	-	1 608 875	-
Mediadores		53 622		29 739
	1 570 499	53 622	3 047 724	29 739

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Fornecedores” inclui 623.656 euros e 724.772 euros, respetivamente, relacionados com valores a pagar a partes relacionadas (Nota 10).

g) Desagregação dos valores a receber e a pagar

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos brutos das contas a receber e as contas a pagar podem ser desagregadas da seguinte forma:



	2022	2021		
	Contas a receber - Clientes ^(a) (Nota 8)	Contas a pagar - Seguradoras (Nota 14)	Contas a receber - Clientes ^(a) (Nota 8)	Contas a pagar - Seguradoras (Nota 14)
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prêmios de seguro	-	1 968 003	-	1 070 132
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prêmios de seguro	1 650 374	1 650 374	3 164 226	3 164 226
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários	(65 138)	(719 331)	(48 128)	(28 793)
Remunerações respeitantes a prêmios de seguro e resseguro:				
- Já cobrados	-	(293 176)	-	(214 144)
- Por cobrar	-	(189 793)	-	(355 520)
Outros valores:				
- Honorários devidos à Sociedade por prestação de serviços em consultoria de seguros	424 407	-	213 778	-
- Recibos cobrados, em processamento pela Sociedade	(28 946)	(848 736)	(470 182)	(587 754)
- Recebimentos de clientes no final do ano, ainda não processados	1 787	-	-	-
- Outros valores	-	3 158	-	(424)
	1 982 484	1 570 499	2 859 694	3 047 724

(a) valores brutos, antes do reconhecimento de perdas por imparidade

h) Antiguidade e classificação dos valores a receber

A antiguidade das contas a receber vencidas à data de 31 de dezembro de 2022 e 2021, bem como da imparidade registada pela Sociedade, é apresentada como segue:

	2022		2021	
	Valores a receber	Imparidade	Valores a receber	Imparidade
Até 1 mês	1 393 600	-	1 402 727	-
De 1 a 3 meses	285 470	-	993 875	-
De 3 a 6 meses	84 997	-	214 964	-
	1 764 067	-	2 611 566	-
De 6 meses a 1 ano	72 531	8 777	175 813	13 140
Entre 1 e 2 anos	87 382	22 164	54 673	13 336
Superior a 2 anos	58 504	-	17 643	2
	218 417	30 941	248 129	26 478
	1 982 484	30 941	2 859 694	26 478

i) Garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito

Não aplicável.

j) Transmissões de carteiras de seguros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não se realizaram transmissões de carteiras de seguros.

k) Contratos cessados com empresas de seguros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existiram contratos cessados com empresas de seguros.

l) Descrição de obrigações contingentes

Em 31 de dezembro de 2022, verifica-se a existência de três processos judiciais intentados contra a Sociedade e terceiros. O Conselho de Administração da Sociedade entendeu, com base no parecer dos seus consultores jurídicos, registrar nas contas da Sociedade o valor de 424.539 euros para fazer face a eventuais indemnizações a pagar pela Sociedade e aos custos associados a estes processos judiciais (honorários de advogados, taxas de justiça, etc.).

Adicionalmente, verifica-se a existência de um outro processo judicial, no qual a Sociedade figura como contrainteressada. Nesse processo, atenta a qualidade de contrainteressada em que intervém, da ação judicial em causa não resultará risco patrimonial para a Sociedade (sem prejuízo do valor que terá de pagar a título de taxas de justiça e de honorários de advogados).

II - Nos termos do n.º 2 do Artigo 51º da Norma Regulamentar n.º 13/2020-R, de 30 de dezembro, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, a Sociedade, enquanto corretor de seguros, divulga ainda a seguinte informação:

- a) Quatro empresas de seguros cuja representação das remunerações pagas à Sociedade em relação ao total das remunerações auferidas pela sua carteira seja mais elevada, com indicação das respetivas percentagens face ao total de remunerações provenientes de empresas de seguros:

	2022			
	Ramo		Total	%
	Vida	Não vida		
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A	72 636	3 031 921	3 104 557	29,7%
Generali Seguros, S.A.	104 310	2 288 380	2 392 690	22,9%
Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A	6 717	996 760	1 003 478	9,6%
Ageas Portugal - Companhia de Seguros, SA	-	672 811	672 811	6,4%

	2021			
	Ramo		Total	%
	Vida	Não vida		
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A	73 522	2 364 501	2 438 023	25,0%
Generali Seguros, S.A.	112 880	2 210 884	2 323 764	23,8%
Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A	6 135	1 149 202	1 155 337	11,9%
Zurich Insurance PLC - Sucursal em Portugal	-	561 169	561 169	5,8%

Os montantes apresentados nos quadros acima correspondem a recibos liquidados durante os exercícios de 2022 e 2021, independentemente da data de início de cobertura. Adicionalmente, não são incluídos valores relativos a resseguro.

- b) Valor total de fundos recebidos com vista a serem transferidos para empresas de seguros que não tenham outorgado à Sociedade poderes para o recebimento em seu nome

Nos exercícios de 2022 e 2021, a Sociedade não recebeu fundos com as características mencionadas acima.

III - De acordo com o n.º 3 do Artigo 51º da Norma Regulamentar n.º 13/2020-R, de 30 de dezembro, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, a Sociedade, enquanto mediador de resseguros, divulga ainda a seguinte informação:

- a) Durante os exercícios de 2022 e 2021, a Willis não recebeu fundos com vista a serem transferidos para os resseguradores para pagamento de prémios relativamente aos quais não lhe foram outorgados poderes de cobrança.
- b) Durante os exercícios de 2022 e 2021, não foram confiados à Willis pelas empresas de resseguro fundos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros cedentes que não lhe hajam outorgado poderes de quitação das quantias recebidas.

22. OUTROS ASSUNTOS

O artigo 18º, n.º 1, alínea d), da Lei n.º 7/2019, de 16 de janeiro, prevê que cada corretor de seguros disponha de garantia bancária ou de seguro de caução destinado à cobertura do pagamento "de créditos dos tomadores de seguros, segurados ou beneficiários face ao corretor e que respeitem aos fundos que lhe foram confiados com vista a serem transferidos para essas pessoas" e "de créditos dos clientes face ao corretor, resultantes de fundos que este recebeu com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios" relativamente aos quais o corretor não tenha entregue simultaneamente o recibo de prémio emitido pela empresa de seguros.

Tais instrumentos deverão ter um valor mínimo correspondente a 19.510 euros ou, se superior, ao valor correspondente a 4% sobre a totalidade dos fundos confiados ao corretor pelos tomadores de seguros para serem entregues às empresas de seguros, e por estas para serem entregues aos tomadores de seguros, segurados ou beneficiários, durante o exercício económico precedente ao de subscrição ou renovação da garantia bancária ou do seguro-caução.

Dos fundos referidos acima, excluem-se aqueles relativamente aos quais foram outorgados poderes ao corretor de seguros, pela empresa de seguros, para o recebimento em seu nome.

Para este efeito, a Sociedade dispõe de uma apólice de seguro de caução prestada pela Ageas, pelo valor mínimo acima mencionado, automaticamente renovável por períodos de 1 ano.

Nos termos do Artigo 88º do Código dos Contratos Públicos (DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro), a Sociedade tem ainda apólices de seguro de caução prestadas pela COSEC e Lusitania no âmbito dos contratos com entidades públicas. Estas apólices de seguro de caução são efetuadas para determinados contratos celebrados entre a Sociedade e as respetivas entidades públicas.

Continuidade das operações

Em cada exercício o Conselho de Administração avalia se existem condições ou eventos, considerados no seu conjunto, que levantem uma incerteza significativa sobre a capacidade da Sociedade de manter a sua exploração no prazo de um ano após a data da elaboração das demonstrações financeiras. A avaliação do Conselho de Administração tem por base condições e eventos pertinentes que são

conhecidos e podem ser conhecidos de forma razoável à data da elaboração das demonstrações financeiras.

A atividade da Sociedade e os fatores que poderão afetar a sua evolução e situação futuras, incluindo as eventuais repercussões da COVID-19 e os acontecimentos mundiais emergentes, são expostos no relatório de gestão.

A Sociedade satisfaz as suas necessidades diárias de capital circulante fazendo parte de um acordo de “cash pooling” gerido pela função de tesouraria da WTW, que examina as previsões e projeções da Sociedade, tendo em conta as alterações razoavelmente possíveis das taxas de juro, e demonstra que a Sociedade deveria conseguir operar dentro do nível do seu acordo atual.

Com base nas suas avaliações, incluindo as relacionadas com a COVID-19 ou acontecimentos mundiais emergentes, o Conselho de Administração não tem razões para considerar que existe uma incerteza significativa que possa lançar dúvidas importantes sobre a capacidade da Sociedade de manter a sua exploração ou sobre a sua capacidade de cumprir com as responsabilidades assumidas. Em consequência das avaliações, o Conselho de Administração tem uma expectativa razoável de que a Sociedade dispõe dos recursos adequados para prosseguir a sua atividade operacional durante, no mínimo, um prazo de doze meses a partir da data da aprovação das demonstrações financeiras. Por este motivo, na elaboração das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração continua a utilizar o princípio da continuidade das operações.

Em 24 de fevereiro de 2022 teve início uma operação militar realizada pela Federação Russa, que envolveu a invasão do território da Ucrânia, na sequência da qual vários países adotaram sanções económicas contra a Federação Russa que incluem, entre outros, a proibição de realizar transações ou transferências com entidades sediadas na Federação Russa e na Bielorrússia assim como com um conjunto de entidades identificadas nas referidas sanções. Neste contexto, a Sociedade procedeu a uma avaliação das implicações que esta situação poderá ter na sua atividade, não tendo identificado impactos diretos para as suas demonstrações financeiras.

A extensão e o grau de severidade dos potenciais impactos indiretos futuros gerados pela invasão da Ucrânia, nomeadamente no que diz respeito ao impacto na economia e nos clientes da Sociedade resultante de efeitos como a subida de preços em diferentes áreas como a energia e os produtos alimentares, não são ainda determináveis. No entanto, com base em toda a informação disponível à data, o Conselho de Administração da Sociedade considera que se mantém adequado o pressuposto da continuidade das operações utilizado na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

A 13 de março de 2022, a WTW anunciou o abandono de todas as suas atividades na Rússia e que pretendia transmitir a propriedade das suas empresas russas à equipa de gestão local que passaria a operar de forma independente no mercado russo.

23. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Não se identificaram eventos subsequentes com impacto relevante nas demonstrações financeiras da Sociedade em 31 de dezembro de 2022.

Lisboa, 14 de abril de 2023

O Conselho de Administração,



(Nuno Miguel dos Santos Arruda)
(Presidente)



(Gian Marco Tosti di Valminuta)
(Vogal)



(Joana Maria dos Santos Araujo Pereira)
(Vogal)

O Contabilista Certificado:



(Eulália Maria Machado Gomes)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Willis – Corretores de Seguros, S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 13.371.268 euros e um total de capital próprio de 8.558.070 euros, incluindo um resultado líquido de 2.774.625 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Willis – Corretores de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Sociedade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

PA



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respectivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse a www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade Anónima | NUIT e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 139, 4150-146 Porto

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Sociedade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Sociedade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não se detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não se detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou desrespeito do controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- avaliamos se o uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade foi apropriado e, com base na prova de auditoria obtida, se existe alguma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Sociedade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que, para os aspetos materiais, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação financeira nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento da Sociedade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 14 de abril de 2023



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Paulo Alexandre Rosa Pereira Antunes, ROC
Registo na OROC n.º 1610
Registo na CMVM n.º 20161220

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

**Aos Acionistas da
Willis – Corretores de Seguros, S.A.**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Willis – Corretores de Seguros, S.A. (“Sociedade”), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Sociedade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Sociedade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2022, as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2022 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que se dá aqui por integralmente reproduzida, a qual não contém reservas ou ênfases.

Face ao exposto, somos de opinião que, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Sociedade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 14 de abril de 2023



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Paulo Alexandre Rosa Pereira Antunes, ROC
Registo na OROC n.º 1610
Registo na CMVM n.º 20161220



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse a www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade Anónima | NUIT e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

About WTW

At WTW (NASDAQ: WTW), we provide data-driven, insight-led solutions in the areas of people, risk and capital. Leveraging the global view and local expertise of our colleagues serving 140 countries and markets, we help you sharpen your strategy, enhance organizational resilience, motivate your workforce and maximize performance. Working shoulder to shoulder with you, we uncover opportunities for sustainable success — and provide perspective that moves you. Learn more at wtwco.com.